



Câmara Municipal de Jaguaré
Estado do Espírito Santo
Palácio Legislativo "Eugênio Salvador"

À CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ-ES.

Vimos, por meio deste, consubstanciado na Lei Orgânica do Município de Jaguaré-ES, encaminhar o **Projeto de Lei nº 007/2018**, de autoria da mesa Diretora, para que seja levado à apreciação dos Dignos Pares e apreciado em caráter de urgência.

Atenciosamente,



JOÃO VANES DOS SANTOS
Presidente



DEJAIR DE SIQUEIRA
Vice-Presidente



PAULO JOSÉ ZANELATO
Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"

MENSAGEM E JUSTIFICATIVA

Diante da competência atribuída à Mesa Diretora, conforme art. 26 da Lei Orgânica Municipal apresentamos o presente projeto de lei nº 007/2018, que tem por objetivo Instituir e disciplinar o trabalho remoto no âmbito do Legislativo Municipal.

O trabalho remoto permite que as atividades e funções dos servidores poderão ser executadas fora do respectivo órgãos e entidades da administração pública, tais como realização de pesquisas e estudos com respectivos relatórios, sinopse de matérias pertinentes e de interesse do legislativo municipal, instruções, pareceres, relatórios técnicos, análises, elaboração de projetos, propostas de normas e de manuais, dentre outras.

Destacamos que o trabalho remoto tendência mundial, tanto na iniciativa privada, quanto no serviço público, tanto é que já foi adotado em todas as esferas e níveis dos Poderes, especialmente no Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Federais e Estaduais, inclusive o do nosso estado, Tribunal de Contas da União (TCU), Assembléia Legislativa do Estado, Tribunal de Contas do Estado, municípios em todo país, autarquias, dentre outros.

O trabalho remoto tende a nova forma de organização de trabalho, consequência da sociedade moderna, da era da informação e da evolução tecnológica. Ainda, promove avanços para administração pública, colaborando para o aperfeiçoamento e modernização dos serviços públicos, com redução de custos para Administração Pública e otimização dos espaços físicos nas repartições.



CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"

Nesse novo modelo de organização do trabalho, o desempenho e resultados serão medidos por meio de metas quantitativas e qualitativas estabelecidas no plano de trabalho e pactuadas entre gestor e servidor, com exigência de relatório.

Por todo o exposto, conto com os Nobres Vereadores para aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 16 de julho de 2018.



JOÃO VANES DOS SANTOS
Presidente



DEJAIR DE SIQUEIRA
Vice-Presidente



PAULO JOSÉ ZANELATO
Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO N.º 007/2018

"Institui e disciplina o sistema de trabalho remoto no âmbito do Legislativo Municipal e dá outras providências."

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Jaguaré, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 15, XI da Lei Orgânica do Município, propõe a seguinte:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As atividades e funções dos servidores do Poder Legislativo Municipal poderão ser executadas fora das dependências da Câmara Municipal, a distância, sob o regime de trabalho remoto ou teletrabalho, observadas as diretrizes, os termos e as condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se trabalho remoto ou teletrabalho como a atividade ou conjunto de atividades funcionais realizadas remotamente, fora das dependências físicas do órgão ou entidade da Administração Pública, direta e indireta, de maneira permanente ou periódica, com a utilização de recursos de tecnologia da informação, que demande maior esforço individual e menor interação com outros servidores, tais como, instruções, pareceres, relatórios técnicos, análises, elaboração de projetos de lei, Emendas, Indicações, propostas de normas e de manuais, realização de pesquisas e estudos com respectivos relatórios, sinopse de matérias pertinentes e de interesse do legislativo municipal, dentre outros.

Parágrafo único. Não se enquadram no regime de trabalho remoto as atividades e funções de ocupantes de cargos de Chefia ou Direção.

Art. 3º São objetivos do trabalho remoto:

I - aumentar a produtividade e a qualidade de trabalho desempenhado pelos servidores;

II - promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade;



CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"

III - promover mecanismos de constante aumento da motivação e do nível de comprometimento dos servidores, em vista dos objetivos e missões da Administração Pública;

IV - otimizar tempo e reduzir custos de deslocamento dos servidores até o local de trabalho;

V - contribuir para a melhoria de programas socioambientais, com a diminuição de poluentes e a redução no consumo de água, esgoto, energia elétrica, papel e de outros bens e serviços disponibilizados nos órgãos e entidades da Administração Pública;

VI - ampliar a possibilidade de trabalho aos servidores com dificuldades de deslocamento;

VII - melhorar a qualidade de vida dos servidores;

VIII - estimular o desenvolvimento de talentos, o trabalho criativo e a inovação no âmbito da Administração Pública;

IX - respeitar a diversidade dos servidores;

X - considerar a multiplicidade das tarefas, dos contextos de produção e das condições de trabalho para a concepção e implemento de mecanismos de avaliação e alocação de recursos, dentre outros.

Art. 4º A efetivação do regime de trabalho remoto ou teletrabalho se insere no âmbito da discricionariedade do gestor público, sendo facultativo e restrito às atribuições em que seja cabível e possível mensurar objetivamente o desempenho e resultados a serem atingidos, não se constituindo, portanto, direito subjetivo do servidor e nem dever jurídico do gestor público.

CAPÍTULO II

DO MONITORAMENTO E CONTROLE

Art. 5º O desempenho e resultados serão medidos mensalmente por meio das metas quantitativas e qualitativas estabelecidas no Plano de Trabalho e pactuadas entre o gestor e o servidor, ou com relatório mensal da execução das atividades e funções já previstas em leis.



CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"

§ 3º Não poderão ser retirados das dependências do CMJ autos de processo considerado de natureza sigilosos.

§ 4º Sendo requisitado pelo titular da unidade organizacional, o servidor em trabalho remoto ou teletrabalho devolverá ao CMJ os autos do processo no prazo máximo de um dia útil.

Art. 8º Compete ao Chefe do Setor de Recursos Humanos acompanhar o trabalho realizado pelo servidor fora das dependências da CMJ através dos relatórios mensais e dar ciência ao Presidente da sua evolução, dificuldades encontradas e quaisquer outras situações ocorridas, sempre que julgar relevante.

Parágrafo único: O relatório de que trata o caput deste artigo deverá ser protocolado até o último dia de cada mês.

Art. 9º Os cargos que necessitam de controle direto do Vereador, como o cargo de assessor Parlamentar, na forma da Lei nº 741, de 19 de dezembro de 2007, deverão ser fiscalizados pelos mesmos, sendo o vereador a chefia imediata para controle dos serviços prestados, bem como acompanhamento do relatório.

§ 1º Os assessores parlamentares terão suas atividades controladas mediante a apresentação de relatório mensal ao respectivo vereador, que após exarar seu ciente, o encaminhará à Secretaria de Recursos Humanos da Câmara Municipal, que serão arquivados em pasta de cada servidor.

§ 2º É de responsabilidade de cada vereador a fiscalização do cumprimento dos trabalhos e a veracidade das informações declaradas nos relatórios.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 O servidor que realizar atividades em regime de teletrabalho pode, a qualquer tempo, solicitar o retorno ao trabalho nas dependências do CMJ.

Art. 11 O Presidente da CMJ deverá desautorizar o regime de teletrabalho para o servidor que descumprir os dispostos nesta Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"

Parágrafo único. De acordo com o interesse da Administração, o Presidente da CMJ poderá, a qualquer tempo, desautorizar o regime de teletrabalho para um ou mais servidores

Art. 12 Não será permitido pagamento adicional por serviço extraordinário aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos realizados por esta Câmara Municipal aos servidores que optarem por regime de trabalho remoto ou teletrabalho integral.

Art. 13 Inclui incisos ao art. 11 da Lei nº 741, de 19 de Dezembro de 2007:

- IX: dirigir veículos automotores, sob a orientação e determinação do Vereador, sempre que necessário;
- X- promover os contatos pessoais e telefônicos de interesse do Vereador;
- XI - redigir a correspondência pessoal e oficial do Vereador;
- XII - controlar o arquivo dos projetos apresentados pelo Vereador; -
- XIII - coordenar o acompanhamento, dentro e fora da CMJ, de papéis e documentos de interesse do Vereador;
- XIV - assessorar o Vereador em entrevistas, pronunciamentos e conferências;
- XV- proceder a leitura diária dos jornais, a fim de obter subsídio para trabalhos solicitados pelo Vereador;
- XVI - quando for designado, representar o Vereador em solenidades, eventos, etc. no município e adjacências;
- XVII- auxiliar as entidades na emissão de documentos junto a órgãos públicos;
- XVIII- auxiliar na fiscalização dos recursos aplicados pelo Executivo no município;
- XIX- receber demandas das comunidades e repassar ao Vereador, sendo interlocutor entre o Vereador e a população, filtrando as demandas e resolvendo o que for possível;
- XX- ajudar a cobrar da municipalidade um melhor atendimento para a população e interceder junto à mesma para o cumprimento das suas atribuições;
- XXI- auxiliar na fiscalização do uso dos recursos das emendas parlamentares destinadas ao município e entidade;

Art. 14 O art. 30 da Lei nº 741, de 19 de Dezembro de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30 A jornada normal de trabalho será de seis horas diárias para o exercício de cargo em comissão ou de função gratificada.



CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"

§ 1º A jornada dos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal em regime de trabalho remoto ou teletrabalho equivalerá ao cumprimento das metas das funções de desempenho estabelecidas com devida comprovação de relatórios.


§ 2º A frequência do servidor público será apurada por meio de registro eletrônico, pelos quais se verificarão, diariamente, as entradas e saídas, excetuando-se aqueles servidores que atuam em regime de trabalho remoto teletrabalho, aplicando-se a estes o previsto em Lei específica que trata desta matéria, bem como os demais servidores autorizados por ato do Legislativo."

Art. 15. O Chefe do Poder Legislativo Municipal poderá editar, se preciso, ato visando à fiel execução da presente Lei, bem como disciplinar a organização e funcionamento da Câmara Municipal para o eficiente cumprimento dos objetivos inerentes ao regime jurídico do trabalho remoto ou teletrabalho.

Art.16 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16 de julho de 2018.


JOÃO VANES DOS SANTOS
Presidente


DEJAIR DE SIQUEIRA
Vice-Presidente


PAULO JOSÉ ZANELATO
Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"

ANEXO I

RELATÓRIO MENSAL DE CUMPRIMENTO DE METAS DAS
ATIVIDADES/FUNÇÕES
(PERMANENTE)

SETOR DE TRABALHO:
CHEFE IMEDIATO:
MÊS/ANO DE REFERÊNCIA:

NOME DO SERVIDOR:
CARGO:
MATRÍCULA:

ATIVIDADES	LOCAL	OBSERVAÇÕES

Jaguaré-ES ---/---/-----.

Servidor

Visto: _____
(Chefia Imediata)

Obs:

--



CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"

ANEXO II
RELATÓRIO MENSAL DE CUMPRIMENTO DE METAS
(PERIÓDICO)

SETOR DE TRABALHO:

CHEFE IMEDIATO:

MÊS/ANO DE REFERÊNCIA:

NOME DO SERVIDOR:

CARGO:

MATRÍCULA:

META

Atividade:

Resultado:

META

Atividade:

Resultado:

Jaguare-ES ---/---/-----.

Servidor

Visto:

(Chefia Imediata)

Obs:



CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"

ANEXO III
METAS EM PRAZOS DE CUMPRIMENTO
(PERIÓDICO)

SETOR DE TRABALHO:
CHEFE IMEDIATO:
MÊS/ANO DE REFERÊNCIA:

NOME DO SERVIDOR:
CARGO:
MATRÍCULA:

ATIVIDADE	META	PRAZO

Jaguaré-ES ---/---/-----.

Servidor

Visto: _____
(Chefe Imediata)

Obs:



CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"

ANEXO IV
TERMO DE REMESSA E RESPONSABILIDADE
CARGA DOCUMENTO - TRABALHO REMOTO

NOME DO SERVIDOR:
CARGO:
MATRÍCULA:

DOCUMENTO/PROCESSO:
CHEFE IMEDIATO:
DATA DA CARGA:
DATA DA DEVOLUÇÃO:

Jaguaré-ES ---/---/-----.

Servidor

Visto: _____
(Setor)

Obs:
